

# SOMUPP

SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA

## RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

### 2.017

Este Relatório foi elaborado e está sendo distribuído aos Assistentes e Pensionistas, conforme o disposto nas Resoluções CGPC n.º 23, de 6/12/06, e n.º 28, de 26/01/09.



São Paulo, 19 de março de 2.018  
SOMUUP-010/18

**REF.: RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES DE 2.017 (RAI/2017)**

Prezado(a) Assistido/Pensionista:

Junto com esta correspondência, estamos enviando a V.Sa. o Relatório Anual de Informações de 2.017 (RAI/2017), elaborado conforme o disposto na Instrução Previc nº 13, de 12/11/14, e demais normas regulamentares.

Lembramos que a administração da Entidade está à disposição de V.Sa. para prestar os esclarecimentos complementares que forem necessários, bastando entrar em contato pelo telefone, fax, e-mail, correios ou pessoalmente na Sede da SOMUUP.

Na eventualidade de vir pessoalmente na Sede da SOMUUP, solicitamos a fineza de telefonar previamente para agendar a visita e, com isso, evitar eventuais desencontros.

Solicitamos a fineza de preencher, assinar e devolver o Protocolo à SOMUUP, usando o envelope endereçado e selado, bastando colocá-lo na caixa dos Correios.

Agradecemos antecipadamente pelas atenções e providências, lembrando que a SOMUUP deverá apresentar à eventual fiscalização os comprovantes de entrega do RAI/2017 para os seus assistidos e pensionistas, tomando imprescindível que todos os Assistidos/Pensionistas devolvam o Protocolo devidamente assinado.

Atenciosamente,

SOMUUP - Sociedade Multipatrocinada  
de Previdência Privada



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente

**Í N D I C E**

1. Expediente SOMUUP-010/18, de 19/03/18.....	pag. 2
2. Índice.....	pag. 3
3. Relatório de Atividades de 2.017.....	pag. 4 a 6
4. Parecer dos Auditores Independentes Exercício 2.017.....	pag. 7 a 10
5. Balanços Patrimoniais em 31/12/2.017 e 31/12/2.016.....	pag. 11
6. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social.....	pag. 12
7. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	pag. 13
8. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	pag. 14
9. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada.....	pag. 15
10. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.....	pag. 16
11. Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31/12/2.017 e 2.016.....	pag. 17 a 22
12. Parecer Atuarial Exercício 2.017.....	pag. 23 a 31
13. Parecer do Conselho Fiscal Exercício 2.017.....	pag. 32
14. Parecer do Conselho Deliberativo Exercício 2.017.....	pag. 33
15. Informações Relativas � Política de Investimentos de 2.018/22.....	pag. 34 a 39
16. Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos - 2.017.....	pag. 40
17. Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios - 2.017.....	pag. 41

### SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

#### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2.017

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para conhecimento das Patrocinadoras e dos Assistedos e Pensionistas, o Relatório de Atividades, relativo ao exercício de 2.017, incluindo os Balanços Patrimoniais em 31/12/17 e 31/12/16, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016, o Parecer Atual e Demonstração Atual, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho Deliberativo, as Informações Relativas à Política de Investimentos de 2.018/22, o Relatório Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos de 2.017 e as Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios de 2.017.

#### 1. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Conforme a Política de Investimentos em vigor, no decorrer do ano de 2.017, os investimentos da Entidade continuaram concentrados em Renda Fixa.

Os resultados obtidos nos investimentos em renda fixa e em imóveis, permitiu que a Entidade cumprisse, com relativa folga, os compromissos atuariais.

#### 2. RENTABILIDADES POR SEGMENTO

##### 2.1. RENDA FIXA

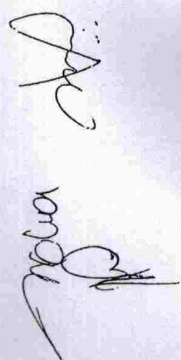
No Segmento de Renda Fixa obtivemos rentabilidade nominal no exercício de 9,83%.

##### 2.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A rentabilidade no Segmento de Imóveis foi de 42,20%, decorrente da reavaliação trienal.

##### 2.3. RENTABILIDADE GLOBAL

A rentabilidade no exercício foi de 9,89%, superando o benchmark de 7,36%. O benchmark, ou seja, a meta de rentabilidade, correspondeu, no exercício de 2.017, à variação do IPCA/IBGE de 2,95%, acrescida da taxa de juros da meta atuarial de 4,32% ao ano, no período de janeiro a novembro de 2.017, e de 4,39% no mês de dezembro de 2.017.



### 3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstramos, a seguir, as variações ocorridas nos saldos das principais contas, no período de 2.017/2.016:

CONTA	2.017	2.016	(%)
Ativo Total	280.455	269.042	4,24
Provisões Matemáticas	70.707	72.913	-3,03
Reserva de Contingência	12.784	13.307	-3,93
Reserva para Revisão do Plano	19.060	72.680	-73,78
Fundo Administrativo	22.955	24.114	-4,81
Exigível Operacional	435	219	98,63
Fundos Previdenciais	151.170	85.809	76,17

Unidade: R\$ 1.000,00

A conta de Reserva Para Revisão do Plano teve redução de 73,78% devido à transferência de R\$ 72.680 mil, referente ao superávit acumulado do triênio 2.014/16, para a conta de Fundos Previdenciais, cuja distribuição aos assistidos e pensionistas terá início a partir de janeiro de 2.018.

Com a transferência entre as contas, houve um aumento de 76,17% na conta de Fundos Previdenciais.

O saldo da conta Reserva para Revisão do Plano em dezembro de 2.017, no valor de R\$ 19.060 mil, refere-se ao superávit obtido no decorrer do exercício de 2.017, resultante dos seguintes motivos: a) Aumento da taxa anual de juros de 4,32% para 4,39% para o cálculo das provisões matemáticas, que teve como efeito a redução do valor da Reserva Para Revisão do Plano, a partir de dezembro de 2.017, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/06; b) Resultado dos investimentos obtido em 2.017; e c) Redução do valor da Reserva de Contingência, a partir de dezembro de 2.017, de 18,25% para 18,08%, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 22, de 25/11/15.

### 4. DESPESAS PREVIDENCIAIS

No exercício de 2.017 foram pagos aos assistidos R\$ 11.464 mil, sendo R\$ 6.705 mil a título de Benefícios de Prestação Continuada (Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço, por idade, por invalidez, pensão e Abono Anual) e R\$ 4.759 mil, a título de Benefício Temporário, relativa à distribuição do superávit do triênio de 2.011/13.


### 5. AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um exercício social, expressamos os nossos agradecimentos pela confiança e apoio recebidos dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, dos colaboradores, Dirigentes das Patrocinadoras e dos Assistedos e Pensionistas, bem como o nosso reconhecimento à valiosa



colaboração prestada pelo quadro funcional da Entidade e pelos prestadores de serviços, possibilitando o pleno cumprimento de nossas obrigações.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2.018

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente

  
RICARDO MITSUO OYAGAWA  
Diretor Administrativo

  
DERIVAL OLIVEIRA SOUZA  
Diretor de Seguridade



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria  
SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, as demonstrações do plano de gestão administrativa consolidado e demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

*Cokinos & Associados*  
**COKINOS & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2SP 15.753/O-0  
Registro CVM n.º 7.739

*RENE CECCACCI*  
Contador  
CRC-1SP141697/O-7

**SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada**  
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO		Exercício 2017	Exercício 2016	PASSIVO		Exercício 2017	Exercício 2016
<u>DISPONIVEL</u>		20	9	<u>EXIGIVEL OPERACIONAL</u>		435	219
<u>REALIZÁVEL</u>		280.411	269.004	Gestão Previdencial		256	34
Gestão Administrativa		1	1	Gestão Administrativa		179	185
Investimentos		280.410	269.003	<u>EXIGIVEL CONTINGENCIAL</u>		3.344	3.344
Fundos de Investimento		279.971	268.484	Gestão Previdencial			
Investimentos Imobiliários		639	509	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		276.676	268.823
<u>PERMANENTE</u>		24	29	Patrimônio de Cobertura do Plano		102.551	158.900
Imobilizado		24	29	Provisões Matemáticas		70.707	72.913
				Benefícios concedidos		70.707	72.913
				Equilíbrio Técnico		31.844	85.987
				Resultados Realizados		31.844	85.987
				Superávit Técnico Acumulado		31.844	85.987
				Fundos		174.125	109.923
				Programa Previdencial		151.170	85.809
				Programa Administrativo		22.955	24.114
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>280.455</b>	<b>269.042</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>280.455</b>	<b>269.042</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

*Nelson Ohara*  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

*Márcio da Silva Moura*  
MÁRCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49


SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRICAÇÃO	R\$ mil		Exercício 2016	Exercício 2017	Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2017			
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>268.823</b>	<b>219.125</b>	<b>60.454</b>	<b>219.125</b>	<b>22,68%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>26.070</b>	<b>60.454</b>	<b>45.490</b>	<b>11.265</b>	<b>-56,88%</b>
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.820	45.490	45.490	0	-47,64%
(+) Receitas Administrativas	0	0	11.265	0	-100,00%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.250	3.699	3.699	0	-39,17%
<b>2. Destinações</b>	<b>-18.217</b>	<b>-10.756</b>	<b>-6.870</b>	<b>-3.344</b>	<b>69,37%</b>
(-) Benefícios	-11.464	-6.870	-6.870	0	66,87%
(-) Constituição de Congingências - Gestão Previdencial	-3.344	0	0	-3.344	-
(-) Despesas Administrativas	-3.409	-3.886	-3.886	-3.409	-12,27%
<b>3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>7.853</b>	<b>49.698</b>	<b>49.698</b>	<b>7.853</b>	<b>-84,20%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	-2.206	-2.386	-2.386	-2.206	-7,54%
(+/-) Fundos Previdenciais	65.361	2.838	2.838	65.361	2203,07%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	-54.143	38.168	38.168	-54.143	-241,85%
(+/-) Fundos Administrativos	-1.159	11.078	11.078	-1.159	-110,46%
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>276.676</b>	<b>268.823</b>	<b>268.823</b>	<b>276.676</b>	<b>2,92%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

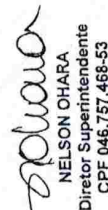
  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRICAÇÃO	R\$ mil		Exercício 2016	Exercício 2017	Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2017			
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>244.709</b>	<b>206.089</b>	<b>45.490</b>	<b>206.089</b>	<b>18,74%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>23.820</b>	<b>45.490</b>	<b>45.490</b>	<b>23.820</b>	<b>-47,64%</b>
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.820	45.490	45.490	0	-47,64%
<b>2. Destinações</b>	<b>-14.808</b>	<b>-6.870</b>	<b>-6.870</b>	<b>-11.464</b>	<b>115,55%</b>
(-) Benefícios	-11.464	-6.870	-6.870	-11.464	66,87%
(-) Constituição de Congingências - Gestão Previdencial	-3.344	0	0	-3.344	-
<b>3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>9.012</b>	<b>38.620</b>	<b>38.620</b>	<b>9.012</b>	<b>-76,66%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	-2.206	-2.386	-2.386	-2.206	-7,54%
(+/-) Fundos Previdenciais	65.361	2.838	2.838	65.361	2203,07%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	-54.143	38.168	38.168	-54.143	-241,85%
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>253.721</b>	<b>244.709</b>	<b>244.709</b>	<b>253.721</b>	<b>3,68%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>22.955</b>	<b>24.114</b>	<b>24.114</b>	<b>22.955</b>	<b>-4,81%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	22.955	24.114	24.114	22.955	-4,81%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53

  
MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador CRC 1SP184074/O-8  
CPF 987.059.708-49

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS  
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2017	Exercício 2016	
<b>1. Ativos</b>	<b>280.276</b>	<b>268.857</b>	<b>4,25%</b>
Receível	22.955	24.114	-4,81%
Investimentos	257.321	244.743	5,14%
Fundos de Investimento	256.682	244.234	5,10%
Investimentos Imobiliários	639	509	25,54%
<b>2. Obrigações</b>	<b>3.600</b>	<b>34</b>	<b>10488,24%</b>
Operacional	256	34	652,94%
Contingencial	3.344	0	-
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>22.955</b>	<b>24.114</b>	<b>-4,81%</b>
Fundos Administrativos	22.955	24.114	-4,81%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>253.721</b>	<b>244.709</b>	<b>3,68%</b>
Provisões Matemáticas	70.707	72.913	-3,03%
Superávit	31.844	85.987	-62,97%
Fundos Previdenciais	151.170	85.809	76,17%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

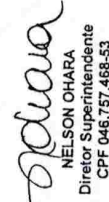
  
 NELSON OHARA  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53

  
 MARCO DA SILVA MOURA  
 Contador CRC 1SP184074/O-8  
 CPF 987.059.708-49

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
 Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP  
 C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98  
 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA  
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2017	Exercício 2016	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>24.114</b>	<b>13.036</b>	<b>84,96%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.250</b>	<b>14.964</b>	<b>-84,96%</b>
1.1. Receitas	2.250	14.964	-84,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	0	11.260	-100,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.250	3.699	-39,17%
Outras Receitas	0	5	-100,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-3.409</b>	<b>-3.886</b>	<b>-12,27%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>-439</b>	<b>-463</b>	<b>-5,18%</b>
Pessoal e encargos	-262	-248	5,65%
Serviços de terceiros	-146	-122	19,67%
Despesas gerais	-30	-92	-67,39%
Depreciações e amonizações	-1	-1	0,00%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>-2.970</b>	<b>-3.423</b>	<b>-13,23%</b>
Pessoal e encargos	-2.370	-2.241	5,76%
Treinamento/congressos e seminários	-19	-9	111,11%
Viagens e estadias	-12	-5	140,00%
Serviços de terceiros	-299	-359	-16,71%
Despesas gerais	-264	-802	-67,08%
Depreciações e amonizações	-6	-7	-14,29%
<b>4. Sobre da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>-1.159</b>	<b>11.078</b>	<b>-110,46%</b>
<b>5. Contituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>-1.159</b>	<b>11.078</b>	<b>-110,46%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>22.955</b>	<b>24.114</b>	<b>-4,81%</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 NELSON OHARA  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53

  
 MARCO DA SILVA MOURA  
 Contador CRC 1SP184074/O-8  
 CPF 987.059.708-49



SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
 Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
 EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. Contexto operacional

A SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com finalidades previdenciais, com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria N° 3.398 de 07/01/85 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/85, tendo iniciado suas atividades em 15/05/85. Em 23/12/94, conforme Portaria N° 1.716 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União em 26/12/94, passou a ser uma Entidade Multipatrocinada.

As atividades da SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada são regidas pela Lei Complementar N° 109, publicada no D.O.U. em 30/05/01

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares e/ou assemelhados aos da Previdência Social, aos seus Participantes e Beneficiários.

1.1. Patrocinadoras

- A Entidade tem como patrocinadores conveniados:
- Promissor S. A. - Administração e Corretagens de Seguros;
  - Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC N° 8, de 31/10/11, alteradas pelas Resoluções CNPC N° 12, de 19/08/13, e CNPC N° 16, de 19/11/14, que determinam a utilização de plano de contas específico e a apresentação em milhares de Reais.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aprovada pela Administração em 9 de fevereiro de 2018.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas não considerando os efeitos inflacionários ocorridos durante os exercícios de 2017 e 2016.


3.1. Estimativas atuariais e contábeis

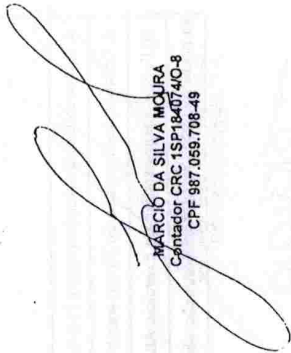
As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada  
 Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP  
 C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98  
 DPT - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS  
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	RS mil		Variação %
	Exercício 2017	Exercício 2016	
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	253.977	244.743	3,77%
1. Provisões Matemáticas	70.707	72.913	-3,03%
1.1 Benefícios Concedidos	70.707	72.913	-3,03%
Benefício Definido	70.707	72.913	-3,03%
2. Equilíbrio Técnico	31.844	85.987	-62,97%
2.1 Resultados Realizados	31.844	85.987	-62,97%
Superávit Técnico Acumulado	31.844	85.987	-62,97%
Reserva de contingência	12.784	13.307	-3,93%
Reserva para revisão de Plano	19.060	72.680	-73,78%
3. Fundos	151.170	85.809	76,17%
3.1 Fundos Previdenciais	151.170	85.809	76,17%
4. Exigível Operacional	256	34	652,94%
4.1 Gestão Previdencial	256	34	652,94%
5. Exigível Contingencial	3.344	0	-
5.1 Gestão Previdencial	3.344	0	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 NELSON OHARA  
 Diretor Superintendente  
 CPF 046.757.468-53

  
 MARCIO DA SILVA MOURA  
 Contador CRC 1SP184074/O-3  
 CPF 987.059.708-49

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.2. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda fixa

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas / variações positivas e deduções / variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

3.3. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Entidade são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e utensílios	10%
Maquinas e equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

3.4. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.5. Exigível contingencial

É constituído pela Administração de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos processos de natureza cível nos quais a Entidade figura como ré.

3.6. Provisão de férias e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.7. Patrimônio social - provisões matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras.

3.8. Apurações de resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência.

3.9. Receitas administrativas

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Entidade são transferidas do Plano de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

#### 4. Posição dos títulos mobiliários componentes da carteira de investimentos

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC Nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC Nº 22, de 25 de setembro de 2006:

Posição dos Títulos e Valores Mobiliários Para Negociação em 31/12/2017:

Tipo	Emissor	Natureza	Vencimento	Parâmetro	Valor
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/03/18	Selic	85.853
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/09/18	Selic	193.941
Total					279.794

#### 5. PROCESSO DE RETIRADA DE PATROCÍNIO

No dia 02/09/16, as Patrocinadoras "Promissor S/A - Administração e Corretagens de Seguros" e a "Associação de Assistência à Saúde SBC", apresentaram pedidos de retirada de patrocínio, informando que "a decisão está amparada na inexistência de participantes ativos, na exiguidade da massa de assistidos e, como colorário, na dificuldade crescente de prover os assentos nos órgãos de administração da SOMUPP."

Em cumprimento ao disposto na Resolução CNPC nº 11, de 13/05/13, a Entidade adotou as seguintes providências: a) Envio de correspondências às patrocinadoras informando que ambas solicitaram a retirada de patrocínio; b) Envio de correspondências ao Presidente do Conselho Deliberativo e aos membros do Conselho Fiscal da Entidade, informando o recebimento dos pedidos de retirada das patrocinadoras e que a Diretoria Executiva tomará as devidas providências para instrumentalização do processo, para posterior sujeição ao Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal; c) Envio de correspondência para a PREVIC, dando ciência dos pedidos de retirada de patrocínio; e d) Envio de comunicado aos assistidos informando sobre os pedidos de retirada de patrocínio.

Conforme o disposto na Resolução CNPC nº 11, de 13/05/13, estabelecemos como Data-base para o processo de retirada das patrocinadoras o dia 31/10/16.

No dia 26/04/17 enviamos para a Previc o Processo de Retirada de Patrocínio.

- 20 -



4

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

A Previc, no dia 12/07/17, enviou, por e-mail, o Parecer nº 460/2017/CTR/CGTR/DILIC, solicitando diversos ajustes no Processo de Retirada de Patrocínio. Os ajustes solicitados foram analisados pela administração da Entidade, conjuntamente com as assessorias atuarial, jurídico e contábil. Considerando a quantidade e, principalmente, a complexidade das exigências apresentadas, a Entidade solicitou, através do expediente SOMUPP-028/17, de dia 03/10/17, a dilatação do prazo para atendimento da solicitação dos ajustes.

#### 6. Demonstrativo da composição consolidada do exigível atuarial

Foram constituídas com base no Parecer do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda., e representam compromissos, assim demonstrados:

	2017	2016
Benefícios Concedidos	70.707	72.913
Benefícios a Conceder	-	-
Total do exigível atuarial	70.707	72.913

A partir de dezembro de 2013 passamos a adotar a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e, a partir de dezembro de 2016, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 3,63% para 4,32% e, a partir de dezembro de 2017, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 4,32% para 4,39%.

#### 7. Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2017	2016
Renda fixa	279.771	268.494
Quotas do FIF Monte Carlo Beta	279.771	268.494
Investimentos imobiliários	639	509
Edificações	639	509
Total	280.410	269.003

#### 8. Objetivos e critérios utilizados para constituição e reversão de fundos

a) O Fundo Para Revisão do Plano foi constituído para suportar o pagamento do superávit acumulado.

b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo foi constituído para custear as despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa.

- 21 -



5

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017 e 2016

9. Custeio das despesas administrativas

As despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa são custeadas pelos recursos alocados no Fundo Administrativo.

10. Transferência do fluxo de investimentos para a gestão previdencial

Os resultados líquidos do Fluxo de Investimentos foram transferidos para a Gestão Previdencial.

11. Investimento imobiliário

Em cumprimento ao disposto no item 19.h. da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, com nova redação dada pela Instrução MPS/Previc nº 15 de 12/11/14, a Entidade procedeu à reavaliação de edificações para uso próprio, constituída pelos conjuntos números 13 e 14 da Avenida Pedroso de Moraes, 631, 1º andar. Foi contratada a empresa Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações cujo Laudo de Avaliação, com data base em julho de 2.017, estipulou vida útil remanescente de 35 anos e avaliou em R\$ 315 e R\$ 325 os conjuntos números 13 e 14, respectivamente. O laudo de avaliação foi analisado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, na reunião extraordinária realizada no dia 22/12/2017, bem como reconhecido contabilmente o seu resultado no balancete de dezembro de 2.017.

12. Partes relacionadas

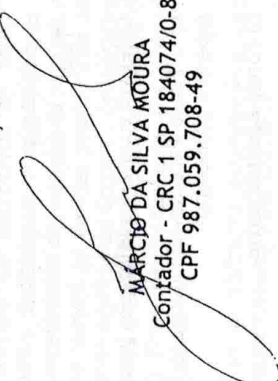
A Entidade não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios de 2017 e 2016.

13. Eventos Subsequentes

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



NELSON OHARA  
Diretor Superintendente  
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA  
Contador - CRC 1 SP 184074/0-8  
CPF 987.059.708-49



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2017  
DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL – DA 2017

Entidade:

SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOOTIA

CNPB Nº:

1985.0002-29

Patrocinadoras:

1. ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA À SAÚDE – SBC
2. PROMISSOR S.A. – ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS

Data-Base do Cadastro:

31/12/2017



#### 1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais em 31/12/2017 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do plano.

Os resultados da avaliação estão consignados no BALANÇO PATRIMONIAL encerrado em 31/12/2017 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2017).

#### 2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA teve início de vigência em 15/05/1985 e encontra-se atualmente bloqueado a novas adesões de Participantes.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do Ofício nº 3302/SPC/DETEC/CGAT, de 06/11/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC Nº 3143, de 06/11/2009 – DOU de 09/11/2009.

Em 26/04/2017 a Entidade protocolou junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o pedido de Retirada Total de Patrocínio.

A Previc, no dia 12/07/2017, enviou, por e-mail, o Parecer nº 460/2017, CTR/CGTR/DILIC, solicitando diversos ajustes no Processo de Retirada de Patrocínio. Os ajustes solicitados foram analisados pela administração da Entidade, conjuntamente com as assessorias atuarial, jurídico e contábil. Considerando a quantidade e, principalmente, a complexidade das exigências apresentadas, a Entidade solicitou através do expediente SOMJPP-028/17, de 03/10/2017, a dilação do prazo para atendimento da solicitação dos ajustes.

#### 3. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano assegura os benefícios de Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Serviço, Suplementação da Aposentadoria por Idade, Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e Suplementação da Pensão por Morte, estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e financiados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.



#### 4. DA BASE CADASTRAL

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Assistedos e Pensionistas e Pensionistas, fornecido pela Entidade e posicionado na data-base de 31/12/2017.

A população segurada pelo plano está composta de 61 Assistedos e 73 Pensões, não existindo nenhum Participante Ativo, cuja síntese dos cadastros posicionados em 31/10/2016 e em 31/12/2017 está conforme segue:

Base Cadastral	31/10/2016	31/12/2017
Quantidade de Participantes Ativos	- 0 -	- 0 -
Quantidade de Assistedos	138	134
Quantidade de Aposentadorias	68	61
Nº de Aposentadorias por Tempo de Serviço	56	51
Suplementação média	R\$ 4.878,12	R\$ 5.350,30
Idade média	82,66 anos	83,65 anos
Nº de Aposentadorias por Idade	6	4
Suplementação média	R\$ 1.764,99	R\$ 2.407,61
Idade média	89,00 anos	89,25 anos
Nº de Aposentadorias por Invalidez	6	6
Suplementação média	R\$ 2.730,51	R\$ 2.841,92
Idade média	68,17 anos	69,33 anos
Nº de Pensões	70	73
Suplementação média	R\$ 3.023,61	R\$ 2.894,57
Idade média	76,57 anos	76,92 anos

#### 5. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 8,08 anos e representa o prazo médio dos pagamentos de benefícios ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

A "Duration" consta da Planilha DPAP 2017.



### 6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os benefícios estão estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e os compromissos atuariais estão determinados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL, incluindo a reversão da Aposentadoria em Pensão, em caso de morte do Assistido.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, dos Assistidos e Beneficiários Pensionistas, dado que o plano não possui Participante Ativo.

Em relação ao Exercício de 2016 houve alteração somente da Taxa Real Anual de Juros, passando de 4,32% para 4,39% ao ano, conforme indicado no *Estudo de Aderência da Taxa de Juros*, elaborado pela "PPS Portfolio Performance".

#### 6.1. Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:

##### 6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

VALOR: **IPCA (IBGE)**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **4,04%** (Fonte Focus)

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **2,94%**

Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,71%** %

Divergência entre esperado e ocorrido: A quantidade esperada correspondia à expectativa do Banco Central do Brasil, no início do exercício de 2017.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

##### 6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

VALOR: **4,39%**

Quantidade esperada no exercício seguinte: **4,39%**.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **6,75%**.

Quantidade esperada no exercício encerrado: **4,32%**.

Divergência entre esperado e ocorrido: O ativo do plano apresentou no exercício, rentabilidade correspondente a 9,98%.

Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico para comprovar a aderência da taxa real anual de juros, que está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

A Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo, nas Reuniões Extraordinárias realizadas no dia 19/01/2018, aprovaram a utilização do Limite Inferior da Taxa Parâmetro, correspondente a 4,39% ao ano, para o encerramento do Exercício de 2017.

### 6.1.3. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

VALOR: **AT 2000, SUAVIZADA EM 10%**.

Quantidade esperada no exercício seguinte: **0,18**.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **0,00**.

Quantidade esperada no exercício encerrado: **0,16**.

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

### 6.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

VALOR: **AT 2000, SUAVIZADA EM 10%**.

Quantidade esperada no exercício seguinte: **6,63**.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: **10**.

Quantidade esperada no exercício encerrado: **6,58**.

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a Aderência da Tábua de Mortalidade Geral, AT 2000 suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

### 6.2.

Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios do INSS

6.2.2. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Salários

6.2.3. Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

6.2.4. Hipótese de Entrada em Aposentadoria

6.2.5. Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

6.2.6. Hipótese sobre Gerações Futuras de novos entrados

6.2.7. Hipótese sobre Rotatividade (percentual)

6.2.8. Projeção de Crescimento Real de Salário

6.2.9. Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS

6.2.10. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

6.2.11. Tábua de Entrada em Invalidez

6.2.12. Tábua de Morbidez

**7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

A Avaliação Atuarial determinou o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, cujo resultado segue abaixo.

Desta forma, o Patrimônio Social no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2017, está composto conforme segue:

Descrição	Valores em Reais:		Variação %
	31/12/2016	31/12/2017	
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			
Patrimônio de Cobertura do Plano	268.822.540,10	276.675.758,03	2,92%
Provisões Matemáticas	158.899.817,95	102.550.602,87	-35,46%
Benefícios Concedidos	72.912.918,39	70.706.958,41	-3,03%
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	72.912.918,39	70.706.958,41	-3,03%
Valor Atual dos benefícios futuros programados - Assitidos	41.160.592,87	40.005.314,44	-2,81%
Valor Atual dos benefícios futuros não programados - Assitidos	31.752.325,52	30.701.643,97	-3,31%
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00%
Equilíbrio Técnico	85.986.899,56	31.843.644,46	-62,97%
Reserva de Contingência	13.306.607,61	12.783.818,08	-3,93%
Reserva Especial para Revisão de Plano	72.680.291,95	19.059.826,38	-73,78%
Fundos	108.922.722,15	174.125.155,16	58,41%
Fundos Previdenciais	85.809.097,13	151.170.209,63	76,17%
Revisão de Plano	82.236.749,14	151.170.209,63	83,82%
Assitidos	82.236.749,14	151.170.209,63	83,82%
Previsão em NTA - Oscilação de Riscos	3.572.347,99	-	-100,00%
Fundos Administrativos	24.113.625,02	22.954.945,53	-4,81%

**8. DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO**

Conforme planilha DPAP 2017, disponibilizada pela PREVIC, e preenchida pela Entidade, o plano de benefícios não possui Títulos mantidos até o vencimento, portanto não há Ajuste de Precificação a ser contemplando neste encerramento de Exercício.



**9. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO**

Uma vez que a PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS está integralmente constituída e coberta pelo PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, apresentando ainda um Excedente Patrimonial, os Assitidos, os Beneficiários Pensionistas e as Patrocinadoras, nada contribuem.

**9.1. VARIACÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS decorreu pelo reajuste monetário dos benefícios, pelo cancelamento de um benefício de aposentadoria sem a reversão do benefício em pensão por morte, pelo falecimento de pensionistas, pelo envelhecimento da massa e também pela alteração da taxa real anual de juros de 4,32% para 4,39%.

**9.2. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS**

Não há. O contingente assegurado pelo plano é constituído somente de Assitidos e Pensionistas. O ativo garantidor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS assegura a solvência e a liquidez.

O plano vem apresentando um excedente patrimonial há vários exercícios e a Provisão Matemática está determinada com premissas e hipóteses, financeiras, demográficas e econômicas, totalmente adequadas que anulam qualquer risco atuarial.

**9.3. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA**

O plano não apresenta insuficiência patrimonial.

**10. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS**

Não há Provisões Matemáticas a Constituir ou Contratos.

**11. DO FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO**

Nesta rubrica estão registrados os valores dos Fundos Previdenciais - Revisão de Plano, relativos aos triênios 2.011/13 e 2.014/16, conforme explicitados a seguir:

**11.1.** O valor constante da rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS - REVISÃO DE PLANO foi constituído em 31/12/2014, em razão da transferência dos recursos constituídos há 3 (três) anos consecutivos, triênio 2011 a 2013, na rubrica EQUILÍBRIO TÉCNICO - RESERVA ESPECIAL REVISÃO DO PLANO. A transferência foi efetuada conforme aprovações da Diretoria Executiva, em reunião realizada no dia 29/12/2014, e pelo Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária realizada no dia 30/01/2015. O saldo em 31/12/17 era de R\$ 78.489.927,68.



11.2. Em relação ao valor da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO, constituído no trínio de 2014 a 2016, cujo valor em 31/12/2016 era de R\$ 72.680.291,95, houve a deliberação do Conselho Deliberativo sobre a sua distribuição, conforme Ata da Reunião Extraordinária, realizada em 22/12/2017. Desta forma, o valor existente em tal rubrica foi alocado em FUNDOS PREVIDENCIAIS - REVISÃO DE PLANO.

A distribuição terá início no exercício de 2018, sendo pagas, anualmente, 4 (quatro) parcelas mensais nos meses de janeiro, abril, julho, e outubro, até o final do ano de 2.024, sendo R\$ 1.211.703,98 o valor da parcela mensal a ser pago aos Assistidos e Pensionistas, que será corrigido pelo IPCA/IBGE até o mês anterior ao do pagamento. O valor corrigido será rateado entre os Assistidos e Pensionistas, proporcionalmente às reservas matemáticas individuais do mês anterior ao do pagamento. O saldo remanescente será pago no mês de setembro de 2.025.

Desta forma, na rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS - REVISÃO DE PLANO em 31/12/2017 está constituído o valor de R\$ 151.170.209,63.

## 12. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

### 12.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral está em conformidade. Através de análise comparativa e totalizadores de quantidades e de valores, o cadastro apresentou-se consistente em relação ao exercício anterior.

### 12.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Não há constituição do FUNDO DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS. Em junho/2017, os recursos existentes no Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos foram transferidos para a rubrica Exigível Contingencial e Exigível Operacional.

### 12.3. Variação do Resultado Superavitário

O PATRIMÔNIO SOCIAL em 31/12/2017 de R\$ 276.675.758,03, dá cobertura integral aos compromissos atuariais, apresentando um resultado superavitário de R\$ 31.843.644,46, sendo R\$ 12.783.818,08 consignados na rubrica RESERVA DE CONTINGÊNCIA e R\$ 19.059.826,38 na rubrica RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO, demonstrando solvência e liquidez.

A RESERVA DE CONTINGÊNCIA sofreu um decréscimo em razão da aplicação do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, ou seja,  $[10\% + 1\% \times \text{duração do passivo}]$ , passando de

Periodicamente, a Diretoria Executiva revisará a distribuição da Reserva Especial Para Revisão do Plano, podendo propor ao Conselho Deliberativo a alteração ou a suspensão do pagamento da Reserva Especial Para Revisão do Plano.

### 12.7.2. Aderência das Premissas e Hipóteses utilizadas

A Entidade promoveu em Dezembro/2017 o Estudo Técnico sobre a Aderência das hipóteses biométricas, demográficas, onde comprova a adequação e aderência. O Estudo tem validade máxima de 3 (três) anos, a contar da data de sua realização.

Em relação ao Parecer Conclusivo do Estudo Técnico que visa a Adequação e Aderência da Taxa Real Anual de Juros, datado de Fevereiro/2017 e emitido por nossa empresa, comprovando a convergência da Taxa Real Anual de Juros, o mesmo foi consubstanciado no "Estudo de Aderência da Taxa Real Anual de Juros SOMUPP", elaborado pela "PPS Portfolio Performance". O Estudo tem periodicidade anual.

Os estudos estão disponíveis para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

### 12.7.3. Taxa de Juros Parâmetro

A Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, disposta na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, divulgada pela Portaria nº 375, de 17 de abril de 2017, para o Exercício 2017, considerando a "duration" do passivo, constante da Planilha DPAP 2016, enviada à PREVIC, está conforme segue:

Duration		8,25 anos
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
6,27% a.a.	4,39% a.a.	6,67% a.a.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson  
Atuária - MBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

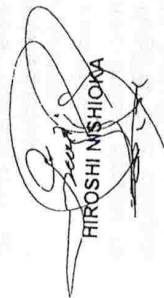


SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, declarou haver procedido ao exame do Relatório de Atividades de 2.017, dos Balanços Patrimoniais em 31/12/2.017 e 31/12/2.016, da Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social, da Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e das Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer da Cokinos Auditores e Consultores e no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda, que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Entidade. Assim, por seus membros, abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2.018

  
HIROSHI NISHIKAWA

  
ALEXANDRE NOZAWA BRITO

  
TADAO SENDA

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

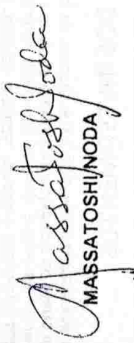
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, após ter examinado o Relatório de Atividades de 2.017, os Balanços Patrimoniais em 31/12/2.017 e 31/12/2.016, a Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016, devidamente acompanhados do Parecer da Cokinos Auditores e Consultores, do Parecer Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberou por aprovar, por unanimidade, os atos e contas relativos ao exercício de 2.017.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2.018

  
DEMÉURE BRITO  
Presidente do Conselho Deliberativo

  
SHIMHATIRO HASHIZUME

  
MASATOSHI NODA

## Política de Investimentos 2018 – 2022 (Resumo)

### 1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento do Plano BD sob gestão da SOMUPP tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em horizonte de médio e longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos administrados pela Fundação.

### 2. OBJETIVOS

O principal objetivo desta Política de Investimentos é orientar e fornecer as diretrizes gerais para a aplicação de recursos do referido plano de benefícios pelos próximos cinco anos (2018 a 2022), sendo necessários ajustes promovidos com periodicidade máxima anual.

### 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa garante que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Esta Política de Investimento (PI) estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração desta entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano de Benefícios Coopercotia.

### 4. GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

A SOMUPP, na qualidade de administradora de planos, segue princípios, regras e práticas de governança, em conformidade com o seu porte e sua complexidade, de modo a garantir o cumprimento do seu dever fiduciário e dos seus objetivos estatutários e estratégicos que visam a gestão eficiente dos recursos que compõem as reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administra.

### 5. DIRETRIZES GERAIS

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimento buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do plano.

### 6. SOBRE O PLANO COOPERCOTIA

O Plano de Benefício Coopercotia, modalidade BD, foi criado em 1.985.

### 7. PASSIVO ATUARIAL

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que pode consistir em obrigações futuras ou expectativas de retorno de acordo com os tipos de plano de benefícios. A avaliação do risco atuarial integrado aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

### 8. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O contexto macroeconômico tem por objetivo projetar cenários a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

### 9. EXPECTATIVAS DE RETORNO

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, ou seja observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno.

SEGMENTO	RENTABILIDADES	
	1º Sem. 2017	Orçamento 2018
Plano	5,61%	11,50
Renda Fixa	5,61%	11,49
Renda Variável	-	-
Investimentos Estruturados	-	-
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	5,40%	13,38
Operações com Participantes	-	-

## 10. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Resolução CMN 3.792 estabelece que os planos devam definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES INFERIOR	LIMITES SUPERIOR
Renda Fixa	100%	99,81%	99,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	8%	0,15%	0,00%	1,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%

### 10.1. Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,39% a.a.	IPCA + 4,39% a.a.
Renda Fixa	IPCA + 4,39% a.a.	IPCA + 4,39% a.a.
Imóveis	IPCA + 4,39% a.a.	IPCA + 4,39% a.a.

## 11. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimento e pela Resolução CMN nº 3.792/2009 e alterações posteriores.

## 12. RESTRIÇÕES

Na aplicação dos recursos, o plano observa as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792/09 e alterações posteriores para as modalidades de investimento elegíveis.

## 13. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

## 14. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

## 15. AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela EFPC devem ser objeto de análise prévia. A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas do mandato.

## 16. GESTÃO DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco" da Resolução CMN nº 3792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

### 16.1. Risco Integrado

A identificação dos riscos e a observância dos controles apresentados passam a ser primeira etapa para implantação de uma matriz de riscos pela Entidade, contribuindo com a busca por uma gestão baseada em risco.

### 16.2. Risco Atuarial

O risco atuarial é proveniente da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a fundação honrar os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

### 16.3. Risco de Solvência

Entende-se por risco de solvência o risco decorrente das obrigações da Entidade para com seus participantes.

#### 16.4. Risco de Mercado

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

#### 16.5. Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos.

##### 16.5.1. Abordagem Quantitativa

A Entidade poderá utilizar, entre outros instrumentos, para essa avaliação os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior à classificação mínima apresentada a seguir:

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR AGÊNCIA - PRAZO E MODALIDADE DE APLICAÇÃO) - ESCALA BRASILEIRA		
Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias	Outras Emissões
Fitch Ratings	BBB-(bra)	BBB-(bra)
Moody's	Baa3.br	Baa3.br
Standard & Poor's	brBBB-	brBBB-

#### 16.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência;
- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

#### 16.7. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A

gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

#### 16.8. Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

#### 16.9. Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

#### 16.10. Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

#### 17. CONTRATAÇÃO DE AGENTES FIDUCIÁRIOS

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções..

#### 18. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos e regras. A entidade procurará pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade socioambiental antes de qualquer tomada de decisão.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS  
EXERCÍCIO - 2017

1. Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios.

Itens	Plano	PGA	TOTAL
(+) Total dos Investimentos	257.320.251,96	23.089.605,78	280.409.857,74
(-) Disponível		20.015,25	20.015,25
(-) Exigível Operacional	255.791,99	179.509,87	435.301,86
Recursos Garantidores	257.064.459,97	22.930.112,16	279.994.572,13

OBS.: PGA = Plano de Gestão Administrativa

2. Investimentos por Segmentos em Relação aos Recursos Garantidores.

Segmentos	Plano		PGA		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Renda Fixa	256.681.316,60	99,85	23.089.605,78	100,70	279.770.924,38	99,92
Imóveis	638.933,36	0,25	-	-	638.933,36	0,23
Total	257.320.251,96	100,10	23.089.605,78	100,70	280.409.857,74	100,15

a) Não temos aplicações em "Renda Variável" e "Empréstimos e Financiamentos".

b) Os percentuais são em relação aos Recursos Garantidores.

c) Renda Fixa: Administração Terciarizada

d) Imóveis: Administração Própria.

3. Listagem das Aplicações e Gestão Terciarizada

3.1. Renda Fixa (Fundos)	PLANO		TOTAL		Gestor do Fundo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	
1. FI - RF Monte Carlo Beta	256.681.316,60	23.089.605,78	279.770.924,38	100,00	Itaú Unibanco S/A
3.2. Imóveis	638.933,36	-	638.933,36	0,23	
3.3. Total	257.320.251,96	23.089.605,78	280.409.857,74	100,00	

4. Rentabilidades comparadas com a Taxa Atuarial ( em % )

Segmentos	Rentabilidade Plano e PGA	(a) Taxa Atuarial	Rentabilidade/ Taxa Atuarial
Renda Fixa	9,83	7,36	133,56
Imóveis	42,20	7,36	573,37
Total	9,89	7,36	134,38

a) Taxa Atuarial: IPCA + 4,32% ao ano.

A partir de dez/17 passou a ser IPCA + 4,39% ao ano.

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS  
EXERCÍCIO - 2017

1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Programas		TOTAL
	Previdencial	Investimentos	
PESSOAL E ENCARGOS	262.377,46	2.370.070,08	2.632.447,54
GASTOS GER./MATERIAIS	31.538,76	299.665,46	331.204,22
SERVIÇOS TERCEIROS	146.234,38	299.258,46	445.492,84
Assessoria atuarial	114.627,77	-	114.627,77
Assessoria jurídica	8.817,24	79.354,68	88.171,92
Auditoria externa	747,18	6.724,76	7.471,94
Consultoria Financeira	10.556,95	107.012,44	117.569,39
Serviços Contábeis	10.011,18	90.100,38	100.111,56
Outros Gastos	1.474,06	16.066,20	17.540,26
TOTAL GERAL	440.150,60	2.968.994,00	3.409.144,60

As despesas são apropriadas diretamente ou através de rateio aos Programas.

2 - DESPESAS DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS	VALOR
Taxa de Administração	274.111,35
Taxa de Auditoria	6.053,87
Taxa da ANBID	4.482,00
Taxa da SELIC	7.302,88
Taxa da CETIP	17.264,80
Taxa de CVM	34.513,91
Outras Despesas	252,88
TOTAL	343.981,69

Nota: 1 - Correspondem aos valores debitados nos respectivos Fundos de Investimentos.

2 - A taxa de custódia está incluída dentro da Taxa de Administração.